
ESCOLHAS CONTÁBEIS NA ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL: DIRECIONADORES DA APLICAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO PARA ATIVOS IMOBILIZADOS

Fábio Moraes da Costa¹
Kátia de Carvalho Freitas²

▪ Artigo recebido em: 28/02/2014 ▪ Artigo aceito em: 22/11/2014 ▪▪ Segunda versão aceita em: 15/01/2015

RESUMO

Esta pesquisa investigou características das companhias abertas que permitem explicar a escolha pelo custo atribuído para ativos imobilizados permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 37 na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil. A amostra final é composta por 262 companhias não financeiras de capital aberto que adotaram os IFRS em 2010. Por meio de uma regressão logística, foi possível verificar que firmas maiores, mais rentáveis e com imobilizados significativos em relação ao ativo total possuem maior probabilidade de optarem pelo custo atribuído. Por outro lado, companhias auditadas pelas maiores firmas de auditoria ("Big 4") e as que são listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA possuem maior probabilidade de manterem seus imobilizados pelo custo histórico. Os resultados contribuem para a compreensão de como custos políticos (tamanho e rentabilidade) e estrutura de monitoramento (auditoria e governança) são determinantes para a aplicação ou não do valor justo como custo atribuído de ativos não financeiros no Brasil.

Palavras-chave: Escolhas contábeis; Adopção inicial das IFRS; Custo atribuído.

ACCOUNTING CHOICES AT THE FIRT-TIME ADOPTION OF IFRS IN BRAZIL: DRIVERS FOR THE APPLICATION OF THE DEEMED COST FOR PP&E

ABSTRACT

In this paper we investigate the characteristics of listed companies that explain their choice for applying the deemed cost for Property, Plant and Equipment (PP&E). The "Pronunciamento Técnico CPC 37 allowed the option to apply fair value for PP&E in the first-time that International Financial Reporting Standards (IFRS) were being adopted in Brazil. The final sample consists of 262 non-financial listed companies that adopted IFRS in 2010. Based on a logistic regression the

¹ Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da FUCAPE Business School. Endereço: Av. Fernando Ferrari, 1358, Boa Vista, 29075-505 - Vitória, ES. E-mail: fabio@fucape.br. Telefone: (27) 40094444.

² Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School. Professora da UNA Contagem. Endereço: Av. João César de Oliveira, 6620, bairro Beatriz, CEP 32040-000, Contagem – MG. E-mail: kcfreitas@ig.com.br.

empirical evidence indicate that more profitable companies and with larger PP&E present a higher probability of adopting the deemed cost option. On the other hand, companies audited by a Big-4 auditor and that are listed on the "Novo Mercado" at BM&FBOVESPA present a higher probability of maintaining historical cost for PP&E. Overall, the results contribute to the a better understanding about how political costs (size and profitability) and monitoring structure (audit firm and corporate governance) are determinants for the application or not of fair value as deemed cost for non-financial assets in Brazil.

Keywords: Accounting choices; First-time adoption of IFRS; Deemed cost.

1 INTRODUÇÃO

A adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) por mais de 100 países é considerada um dos mais importantes eventos da história da contabilidade (DASKE et al.: 2008; ALEDO et al.: 2009). As IFRS são um conjunto de pronunciamentos publicados e revisados pelo International Accounting Standards Board (IASB), organismo independente e sem fins lucrativos, responsável por promover a convergência dos padrões contábeis entre os países, a partir da busca pela cooperação dos órgãos nacionais de normatização contábil (LEMES e SILVA: 2007).

A aplicação de alguns IFRS pode desencadear ajustes retroativos. Por isso, a norma IFRS 1 (*First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*, inserida no contexto contábil brasileiro por meio da emissão do CPC 37 e após a sua deliberação pelos órgãos reguladores, tal como a Comissão de Valores Mobiliários) apresenta uma série de opções de não adoção retroativa (CORMIER et al.: 2009).

Com base em companhias espanholas, Aledo et al. (2009) encontraram evidências de que as escolhas foram feitas com o objetivo de minimizar os impactos das diferenças entre as normas locais e as internacionais. Já Cormier et al. (2009) verificaram que incentivos gerenciais exercem influência sobre a não adoção retroativa de determinadas IFRS quando da adoção inicial do modelo internacional.

Uma das escolhas permitidas pelo CPC 37 é a adoção do custo atribuído para ativos imobilizados, conforme requisitos estabelecidos pela Interpretação Técnica ICPC 10. Assim, o valor justo do ativo imobilizado seria mensurado na data de transição para o modelo contábil internacional, sendo estabelecido como sua nova base de custo³.

A aplicação do valor justo para ativos não financeiros tem sido um tema constante de debates sobre seus determinantes e consequências (por exemplo, BROWN et al., 1992; BARLEV et al., 2007; MISSIONIER-PIERA, 2012). Normalmente, a opção pela reavaliação de ativos ou é direcionada pela sinalização de

³ Uma das justificativas pela adoção do custo atribuído consiste no fato de que a depreciação era usualmente baseada em estimativas de vida útil conforme regras fiscais, além de não levar em consideração o valor residual de tais ativos.

resultados melhores no futuro (ABOODY et al., 1999) ou pelo comportamento oportunístico dos gestores, principalmente em relação aos *covenants* contratuais (LOPES e WALKER, 2012).

Diferentemente da reavaliação de ativos, a opção pelo custo atribuído permitida pelo CPC 37 consiste em uma aplicação pontual do valor justo para ativos não financeiros, consistindo em uma oportunidade ímpar para avaliar se seus determinantes são similares ou não aos já documentados na literatura. Assim, esta pesquisa busca investigar quais características das companhias abertas podem explicar a escolha (ou não) pelo custo atribuído aos ativos imobilizados no ano da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

Em função da natureza dicotômica da escolha, a regressão logística foi adotada como técnica estatística para avaliar a probabilidade de ocorrência de determinada variável categórica (adoção do custo atribuído), dada uma variação nas características da empresa.

As evidências indicam que companhias de maior porte e mais rentáveis apresentam maior probabilidade de uso do custo atribuído. Por outro lado, as que são auditadas pelas maiores firmas de auditoria ("Big 4") e as que estão listadas no "Novo Mercado" da BMF&BOVESPA, apresentam menor probabilidade de opção pelo custo atribuído. Assim, os resultados contribuem para a inclusão do Brasil na discussão mundial sobre a convergência contábil, ampliando o entendimento de como custos políticos e estrutura de governança impactam diretamente as escolhas de políticas contábeis no país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Escolhas Contábeis

Uma escolha contábil é qualquer decisão cujo principal propósito é influenciar, seja pela forma ou pela substância, a saída do sistema contábil de uma maneira específica, incluindo não somente as demonstrações de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, mas também o cálculo de impostos e a percepção de órgãos reguladores (FIELDS et al., 2001, p. 256, tradução livre).

As escolhas contábeis são influenciadas por imperfeições de mercado, como: custos de agência, relativos a questões contratuais (exemplo: remuneração de administradores); assimetria de informação, comumente associada à relação entre os gestores e os investidores; e externalidades, que se referem a relações contratuais ou não com terceiros (FIELDS et al.: 2001).

Apesar de a investigação dos determinantes das políticas contábeis das empresas ser um tema recorrente na pesquisa contábil (DHALIWAL: 1988; ROBBINS et al: 1993), os avanços ainda são limitados (FIELDS et al.: 2001). Watts e Zimmerman (1978), em sua pesquisa empírica em contabilidade a partir do conceito econômico da maximização do bem-estar, apresentam um modelo que busca investigar os fatores que podem influenciar essas escolhas, no esforço de avaliar se os direcionamentos das teorias normativas são factíveis.

2.1.1 Escolhas Contábeis na Adoção das IFRSs

Aledo et al. (2009) investigaram trinta e duas escolhas contábeis, relativas às práticas de reconhecimento, mensuração e apresentação de informações contábeis, feitas por empresas espanholas adotantes das IFRSs pela primeira vez. Com base no ano de 2005, foram avaliados cinco direcionadores (tamanho da empresa, grau de alavancagem, setor de atuação, rentabilidade e características da auditoria). Os autores constataram que há diferenças significativas entre os setores, o tamanho da empresa, o tipo de parecer da auditoria e o grau de alavancagem. Além disso, observou-se que, de forma geral, as empresas espanholas se mostraram mais propensas à aplicação que escolhas que minimizassem as mudanças decorrentes da adoção das novas normas.

Cormier et al. (2009) investigaram a influência de incentivos gerenciais em cinco escolhas contábeis disponíveis às empresas com ações listadas na bolsa francesa no ano da adoção das IFRSs (custo atribuído, benefícios a empregados, diferenças acumuladas de conversão – CTA – *Cumulative Translation Adjustments*, designação de instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente e combinação de negócios) e observaram que os incentivos gerenciais impactam tais escolhas.

Cazavan-jeny e Jeanjean (2007) encontraram evidências de que as opções disponíveis na adoção das IFRSs foram utilizadas pelas empresas francesas para minimizar o impacto dos ajustes obrigatórios no ano da adoção inicial das normas. Além disso, os autores verificaram que a escolha também leva em conta o efeito sobre o grau de alavancagem, sendo adotadas aquelas que potencialmente permitem diminuir este índice.

2.2 Aplicação da IFRS 1 (CPC 37) ao Cenário Brasileiro

A criação do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, entidade independente responsável pela assessoria ao processo técnico de regulamentação contábil, foi uma das mudanças trazidas pela Lei 11.638/07. Em 2008 o CPC emitiu 14 pronunciamentos, que constituem traduções das IFRS e, em 2009, foram mais 26 pronunciamentos, no esforço de aproximar a nova contabilidade brasileira às normas internacionais (PwC e IBRI, 2010, p. 9).

O CPC 37 deve ser aplicado às primeiras demonstrações contábeis em IFRS e em todas as demonstrações intermediárias emitidas pela entidade para o período coberto pelas primeiras demonstrações contábeis em IFRS. De acordo com o CPC 37, as primeiras demonstrações contábeis em IFRS “são as primeiras demonstrações anuais em que a entidade adota as IFRSs, declarando de forma explícita e sem ressalvas, que essas demonstrações estão em conformidade com tais IFRSs”.

Além de contribuir para que a elaboração das primeiras demonstrações contábeis em conformidade com os IFRS não apresente custos superiores aos benefícios, outros objetivos do CPC 37 são: garantir que as informações apresentadas sejam de alta qualidade e transparentes, bem como assegurar que os períodos apresentados sejam comparáveis (CPC 37).

O conteúdo do CPC 37 é baseado no texto do IFRS 1, porém apresenta algumas limitações de alternativas dadas pelo IASB em relação à elaboração das demonstrações consolidadas no Brasil, como, por exemplo, a reavaliação espontânea de ativos. Entretanto, conforme previsto pelo IASB, mesmo nos casos de limitação de alternativas dos IFRS é possível considerar que as demonstrações contábeis estão de acordo com as IFRS (CPC 37).

2.2.1 Opções Contidas no CPC 37

As seguintes opções na adoção inicial das normas internacionais são permitidas:

Quadro 1 – Opções contidas no CPC 37

Opção	Efeitos nas demonstrações publicadas
Combinações de negócios	Permite que procedimentos previstos no CPC 15 – Combinação de Negócios sejam adotados apenas no exercício imediatamente anterior, para efeitos comparativos.
Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	No ano da adoção das normas internacionais é permitido que as diferenças de conversão acumuladas sejam assumidas como zero.
Contratos de seguros	É permitido que as companhias utilizem disposições transitórias constantes no CPC 11 quanto a mudanças em políticas contábeis (ex.: restrição da divulgação de informações sobre o desenvolvimento de sinistros aos últimos cinco anos).
Custo atribuído	Na transição para as IFRSs, a empresa tem a opção de mensurar o ativo imobilizado e as propriedades para investimento pelo custo atribuído nesta data (valor justo ou valor reavaliado comparável a valor justo).
Benefícios a empregados	O CPC 37 permite que os ganhos e perdas acumulados até a transição sejam reconhecidos integralmente nesta data.
Ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos conjuntos	Nos casos em que a controlada adotar as IFRSs após a adoção pela controladora, aquela poderá utilizar os valores apurados nas demonstrações contábeis consolidadas da controladora ou poderá apurar valores diferentes daqueles utilizados para a consolidação.
Instrumentos financeiros compostos	Não é exigido que os valores de instrumentos financeiros compostos sejam segregados no Patrimônio Líquido quando a parcela referente ao Passivo já tiver sido liquidada.
Passivos decorrentes da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados	Não é mandatório ajustar dos gastos previstos para a desativação, contabilizados no custo dos ativos, no caso de mudanças nestes passivos anteriores à data da adoção das IFRSs.
Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados conforme a IFRIC 12 - <i>Service Concession Arrangements</i> (Interpretação Técnica CPC 01 - Concessões)	A empresa pode aplicar as disposições transitórias para os casos em que for impraticável aplicar retroativamente as exigências previstas na IFRIC 12 - <i>Service Concession Arrangements</i> (Interpretação Técnica ICPC 01 - Concessões).
Arrendamento	A empresa poderá reavaliar se os contratos existentes apresentam características que os classifiquem como contratos de arrendamento, conforme informações disponíveis nesta data.
Designação de instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente	É permitido reavaliar a classificação feita anteriormente a um instrumento financeiro (mensurado ao valor justo ou disponível para venda).

Fonte: CPC 37

2.2.2 A opção pelo Custo Atribuído

Reavaliações positivas de ativos não financeiros são um assunto controverso na pesquisa contábil (CHRISTENSEN e NIKOLAEV: 2008), assim como no processo de convergência contábil às normas internacionais IFRSs (LOPES; WALKER, 2012).

A interpretação técnica ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43) contém uma recomendação da adoção do custo atribuído, porém observa-se que esta opção é aplicável apenas à adoção inicial, visto que a reavaliação espontânea de ativos não é mais permitida no Brasil.

Brown *et al.* (1992) investigaram porque as empresas australianas reavaliam seus ativos, apesar dos custos desta avaliação e do efeito nulo na geração de caixa. Segundo estes autores, a explicação para a prática da reavaliação está ligada ao seu potencial de: a) afetar os custos políticos e de contratação de empréstimos e b) reduzir a assimetria informacional, já que os gestores podem, por meio da reavaliação, sinalizar informações privadas.

O principal objetivo da pesquisa feita por Easton *et al.* (1993) foi investigar os motivos pelos quais os diretores financeiros de empresas australianas adotaram a reavaliação de ativos no período entre 1981 e 1990. Quatro opções foram disponibilizadas (fornecer informação mais acurada – *true and fair financial statements*; reduzir o grau de alavancagem; impedir uma potencial venda da empresa e minimizar custos políticos, por meio da redução da rentabilidade) e, assim como esperado, além da primeira opção, a necessidade de reduzir o grau de alavancagem foi frequentemente citada pelos entrevistados.

Missonier-Piera (2007) investigou os fatores econômicos que potencialmente podem influenciar a adoção do procedimento de reavaliação de ativos pelas principais empresas suíças e constatou que as empresas mais alavancadas são mais propensas a adotar a reavaliação positiva de ativos. O autor explica que isso ocorre porque esta prática pode ser utilizada para sinalizar melhor capacidade de endividamento e reduzir o risco de descumprimento de exigências em contratos de dívida.

Barlev *et al.* (2007) investigaram a correlação entre o desempenho futuro e a contabilização da reavaliação de ativos em trinta e cinco países (entre eles o Brasil), no intuito de avaliar se os direcionadores desta prática contábil identificados em pesquisas anteriores (custos políticos e necessidades de financiamento) são aplicáveis a países com características institucionais, econômicas e culturais diferenciadas. Os autores concluíram que outros direcionadores podem surgir, sugerindo, assim, que as consequências e implicações das escolhas contábeis podem ser diferentes, conforme as características do país em que a empresa atua.

Em sua pesquisa em empresas australianas, Cotter (1999) verificou que a correlação entre a prática da reavaliação de ativos e o endividamento vem diminuindo ao longo do tempo, em função de uma maior ênfase em financiamentos juntos a bancos, menores taxas de inflação e exigências legais de reavaliações periódicas (a cada três anos). Os resultados indicam que os custos da reavaliação, no contexto australiano desta pesquisa, parecem superar a redução dos custos das dívidas. Adicionalmente, foi possível constatar que, em função da maior proximidade dos financiadores, passou a se fazer uso de notas explicativas para evidenciar ativos subavaliados.

Lopes e Walker (2012) investigaram a reavaliação de ativos no contexto brasileiro e constataram que, diferentemente das evidências encontradas no estudo de Aboody *et al.* (1999), as reavaliações de ativos são negativamente relacionadas ao desempenho destas empresas, bem como ao preço e retorno das ações. Além disso, Lopes e Walker (2012) encontraram evidências de outros direcionadores: a estrutura de endividamento e o nível de governança, medido pelo índice brasileiro de governança corporativa (BCGI, em inglês). De acordo com os autores, as empresas com atuação no Brasil tendem a utilizar a reavaliação para melhorar os índices de endividamento; por outro lado, aquelas que apresentam níveis diferenciados de governança corporativa são menos propensas a adotar a reavaliação, para fins de gerenciamento dos números contábeis.

Christensen e Nikolaev (2008), ao investigarem empresas do Reino Unido e da Alemanha, concluíram que as empresas que utilizam o valor justo na avaliação do imobilizado e das propriedades para investimento tendem a serem mais alavancadas. Os autores afirmam que as empresas são menos propensas a valorizar os ativos por meio do valor justo quando a opção pelo custo histórico existe porque consideram que aquele critério fornece uma avaliação do desempenho das empresas suscetível a um alto grau de julgamento e, por isso, menos conservadora.

Cairns *et al.* (2011) realizaram seu estudo sobre o efeito da utilização do valor justo sobre a comparabilidade dos demonstrativos financeiros publicados por empresas da Austrália e Reino Unido no ano da adoção inicial dos IFRS. Os autores observaram que somente uma quantidade reduzida de empresas optou pela mensuração ao valor justo, exceto nos casos das propriedades para investimento. Estes resultados sugerem, segundo os autores, que os gestores julgam a avaliação a custo histórico adequado e, por isso, tendem a manter uma posição mais conservadora na valorização dos ativos. Os autores avaliaram a adoção do custo atribuído e verificaram que, apesar da possível atratividade da aplicação do valor justo durante a transição, sem a obrigatoriedade de reavaliações periódicas, a maioria das empresas não utilizou esta opção.

2.3 Direcionadores das Escolhas Contábeis

Potenciais direcionadores das escolhas contábeis foram investigados em trabalhos anteriores (ALEDO *et al.*, 2009; CORMIER *et al.*, 2009; CAZAVAN-JENY; JEANJEAN, 2007; CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2008; MISSONIER-PIERA, 2007; BARLEV, 2007; LIMA *et al.*, 2010; LORENCINI; COSTA, 2012; LOPES; WALKER, 2012). Oito direcionadores foram identificados, sendo utilizados nesta pesquisa:

2.3.1 Tamanho da Empresa

Em seu estudo, que examina determinantes das escolhas contábeis relativos a estoques na perspectiva de pequenas empresas, Kuo (1990) afirma que a divulgação de lucros excessivamente altos geralmente resulta em maior exposição, com impactos de natureza política, e uma possível reclamação por transferência negativa de riqueza. O autor afirma que usualmente as grandes empresas são mais visíveis e por isso mais suscetíveis à fiscalização dos órgãos regulatórios. Sendo assim, empresas de grande porte podem apresentar

incentivos à seleção de métodos contábeis que diminuam os lucros divulgados para evitar riscos políticos (WATTS e ZIMMERMAN: 1978; BROWN et al.: 1992).

2.3.2 Grau de Alavancagem

Os resultados da pesquisa de Dhaliwal (1980) sugerem que as empresas altamente alavancadas tendem a não adotar escolhas contábeis que resultem em reduções dos lucros ou patrimônio líquido, para assim evitar o risco de não cumprir exigências contratuais de empréstimos. De maneira semelhante, Cazavan-Jeny e Jeanjean (2007) investigaram o efeito da adoção das IFRSs na França e observaram que as companhias tendem a fazer escolhas contábeis que melhorem o seu grau de alavancagem.

2.3.3. Setor de Atuação

Aledo et al. (2009, p. 14) afirmam que, se o setor de atuação das empresas é um direcionador das escolhas contábeis, é esperado que a empresa que adotar prática contábil diferente da adotada pelas demais empresas do setor poderá ser penalizada. Desta forma, espera-se que haja uniformidade entre as empresas do mesmo setor.

2.3.4. Rentabilidade

Barlev et al. (2007) adotaram a hipótese de que empresas que apresentam alta rentabilidade sobre ativos tendem a reavaliar os ativos fixos por razões como reduzir custos políticos ou a iminência de negociações sindicais.

2.3.5. Empresa de Auditoria

Considerando a participação ativa das grandes empresas de auditoria (*Big 4*) no processo de convergência contábil, o esforço destas em manter sua reputação de alto nível de qualidade e a constatação de que as companhias que contratam estas auditorias buscam, entre outros objetivos, reduzir seus custos de agência, é esperado que o tipo de auditor exerça influência sobre as escolhas contábeis (ALEDO et al., 2009, p. 15).

2.3.6. Negociação de Ações em Bolsas Estrangeiras

Missonier-Piera (2007) afirma que as empresas que possuem títulos negociados em bolsas estrangeiras e, por isso, são obrigadas a divulgar informações financeiras por meio de diferentes normas contábeis, buscam amenizar estas possíveis diferenças e, por isso, a não adotar procedimentos não aceitos em outros países, como exemplo a prática da reavaliação, não permitida em bolsas que exigem a publicação contábil conforme os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (USGAAP).

2.3.7. Listagem em Segmentos Especiais da BM&FBOVESPA

Lopes e Walker (2012) utilizaram um índice de governança para avaliar a escolha das empresas. Porém, os dados do BCGI não estão disponíveis para o ano da adoção inicial das normas no Brasil. Neste sentido, a listagem nos segmentos especiais será utilizada como uma *proxy* para sinalização de governança.

Os segmentos especiais Novo Mercado e Níveis Diferenciados de Governança Corporativa – Nível 1 e Nível 2 da BM&FBOVESPA foram

implantados em 2000, com o objetivo de estimular o interesse dos investidores e a valorização das empresas. As companhias listadas nos segmentos especiais assumem compromissos de prestação de informações e de práticas societárias que promovam o equilíbrio entre os direitos dos acionistas não controladores e controladores, iniciativas estas que permitem reduzir as incertezas e, em última instância, o risco do investimento (BM&FBOVESPA, 2009, p. 3).

2.3.8. Participação do Imobilizado no Ativo Total

Barlev et al. (2007) afirmam que a participação de ativos fixos no ativo total pode afetar a adoção da prática contábil da reavaliação, uma vez que os ativos fixos contribuem para determinar a capacidade de endividamento da empresa e a relevância deste valor pode incentivar ou não a adoção desta prática.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza a abordagem metodológica positiva de pesquisa em contabilidade, já que busca explicar fenômenos observados (LOPES; MARTINS, 2007), no caso em análise: a adoção ou não do custo atribuído prevista no CPC 37 no ano da adoção obrigatória do IFRS no Brasil.

As variáveis independentes financeiras foram obtidas a partir dos números contábeis de 2009, publicados conforme as normas contábeis brasileiras, de forma a evitar possíveis impactos da adoção dos IFRS sobre o comportamento das variáveis independentes.

Os números contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram extraídos do sistema Economatica. Quanto às informações sobre as escolhas possíveis previstas no CPC 37, disponíveis em notas explicativas, foi feita consulta aos demonstrativos contábeis de 2010, disponibilizados no website da BM&FBOVESPA.

Considerando a recomendação pela adoção do custo atribuído (ICPC 10), foi feita a leitura das notas explicativas de imobilizado e das práticas contábeis, bem como uma consulta, a partir de termos relacionados a tal escolha ("atribuído", "deemed", "justo", "reavaliado"), para os casos em que a empresa não divulgou esta informação entre suas escolhas.

A amostra inicial é composta pelas companhias de capital aberto, listadas na BM&FBOVESPA, que adotaram os IFRS em 2010, ano da adoção obrigatória no Brasil. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN não compõem esta amostra, pois não são obrigadas a atender ao CPC 37, mas aos pronunciamentos emitidos pelo IASB (PRICEWATERHOUSECOOPERS: 2010, p. 57), neste caso a norma IFRS 1. Também foram excluídas companhias cujo exercício social seja encerrado em data diferente de 31 de dezembro ou que adotaram antecipadamente os IFRS. Assim, amostra final é composta de 262 companhias.

A regressão logística, de acordo com Hair *et al.* (2009, p. 225),

(...) é uma forma especializada de regressão que é formulada para prever e explicar uma variável categórica binária (dois grupos), e não uma medida dependente métrica.

Nesta pesquisa foi utilizada para avaliar a probabilidade de ocorrência de determinada variável categórica em virtude de uma variação nas características da empresa.

As variáveis independentes obtidas a partir dos números contábeis de 2009 receberam o tratamento estatístico *winsor* para mitigar o efeito de *outliers*. Esta técnica, atribuída ao bioestatístico C. P. Winsor, substitui os valores extremados, conforme o percentual ou o número de ocorrências escolhido, pelo valor mais próximo não extremo (SILVEIRA *et al.*, 2006). Nesta amostra, foi adotado o percentual de 5% da amostra (2,5% em cada extremidade) nas variáveis "grau de alavancagem" e "rentabilidade". Foram realizados testes de sensibilidade (sem retirada dos *outliers* e com percentuais diferenciados) e os resultados são similares.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Grau de Adoção das Opções de não Adoção Retroativa do CPC 37

A análise do grau de adoção das opções do CPC 37 foi feita a partir da leitura das notas explicativas. As opções adotadas foram segregadas em 3 grupos: 1. Não adoção retroativa; 2. Adoção retroativa; e 3. N/A (não aplicável) ou N/D (não disponível): a opção não é aplicável à companhia ou não foi comentada em nota explicativa.

O resumo das escolhas evidencia que vários pronunciamentos não foram adotados retroativamente, corroborando pesquisas anteriores (CORMIER *et al.*: 2009; CAZAVAN-JENY e JEANJEAN: 2007; ALEDO *et al.*: 2009). O baixo grau de aplicação retroativa pode ser explicado por: especificidade da operação (emissão de contratos de seguros e instrumentos financeiros compostos, cuja parcela do passivo tenha sido liquidada e as parcelas do patrimônio líquido não tenham sido discriminadas); adoção de procedimentos que tornaram a opção desnecessária (ex.: ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos conjuntos nos casos em que a controladora e as empresas ligadas adotaram os IFRS na mesma data); aplicabilidade apenas a determinados setores (ex.: passivos decorrentes de desativação incluídos no custo de ativos imobilizados).

Observa-se que cinco escolhas (combinações de negócios, efeitos da conversão das demonstrações, benefícios a empregados, contratos de arrendamento e designação de instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente) apresentaram um número reduzido de empresas que aplicaram as regras retroativamente.

Especificamente sobre o custo atribuído, do total de 283 companhias, 262 tiveram que optar entre o custo atribuído ou a manutenção dos valores históricos para o ativo imobilizado e propriedades para investimento. Dentre as 21 empresas classificadas no grupo de "não aplicável" estão concessionárias de serviços públicos, cujo imobilizado foi reclassificado para o ativo intangível e/ou ativo financeiro no ano de transição para as normas internacionais.

Da amostra total, 38,16% das empresas (100 / 262) adotaram o custo atribuído. Na França, a adoção do custo atribuído ocorreu em

aproximadamente 20% das empresas listadas no índice da *Société des Bourses Françaises* (SBF 120) (CORMIER et al.: 2009; CAZAVAN-JENY e JEANJEAN, 2007). Na Espanha, a adoção do custo atribuído para os ativos imobilizados foi feita por 23% das companhias não financeiras integrantes do *Spanish Continuous Market* (ALEDO et al.: 2009).

Tabela 1 – Divulgação das opções realizadas pelas companhias abertas

Opção	Sim	Não	N/A ou N/D	Total
Escolha pelo custo atribuído	100	162	21	283
Demais Opções	Não adoção retroativa	Adoção retroativa	N/A ou N/D	Total
Combinações de negócios	116	2	165	283
Diferenças acumuladas de tradução	27	10	246	283
Contratos de seguro	2	0	281	283
Benefícios a empregados	42	12	229	283
Ativos e passivos de controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas	3	0	280	283
Instrumentos financeiros compostos	0	0	283	283
Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo de ativos imobilizados	11	0	272	283
Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com a IFRIC 12 (ICPC 01)	22	6	255	283
Determinação de um contrato contendo um arrendamento - IFRIC 04 (ICPC 03)	10	26	247	283
Designação de instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente	36	1	246	283

Fonte: Notas explicativas das DFP 2010

Com base nos direcionadores identificados na revisão de literatura, foi aplicado o seguinte modelo de regressão logística para identificar quais estão relacionados com a escolha pelo custo atribuído:

$$\text{Probabilidade (adoção do custo atribuído; características da empresa)} = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 \text{TAMANHO}_i + \beta_2 \text{ALAV}_i + \beta_3 \text{SETOR}_i + \beta_4 \text{RENT}_i + \beta_5 \text{AUDIT}_i + \beta_6 \text{ESTG}_i + \beta_7 \text{GOV}_i + \beta_8 \text{IMOB}_i}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 \text{TAMANHO}_i + \beta_2 \text{ALAV}_i + \beta_3 \text{SETOR}_i + \beta_4 \text{RENT}_i + \beta_5 \text{AUDIT}_i + \beta_6 \text{ESTG}_i + \beta_7 \text{GOV}_i + \beta_8 \text{IMOB}_i}}$$

Em que:

TAMANHO = logaritmo natural do ativo total em 31.12.2009

ALAV = 1 – (patrimônio líquido em 31.12.2009 / total de ativos em 31.12.2009)

SETOR = variáveis *dummy* que assumem para cada setor segundo a classificação BM&FBovespa

RENT = lucro líquido em 31.12.2009 / ativo total em 31.12.2008

AUDIT = variável *dummy* que assume 1 para firma de auditoria Big-4 (Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PWC) e 0 para as demais.

ESTG = variável *dummy* que assume 1 para firma com negociação de ADR nível 2 ou 3 na Bolsa de Nova Iorque; 0 para as demais.

GOV = variável *dummy* que assume 1 para companhia listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa e 0 para as demais.

IMOB = ativo imobilizado em 31.12.2009/ativo total em 31.12.2009

Na tabela 2 são apresentadas as estatísticas descritivas de cada variável utilizada no modelo de regressão logística:

Tabela 2 – Estatísticas descritivas

Variáveis independentes	Estatísticas	Amostra total	Custo atribuído	Custo histórico	N/A ou N/D
TAMANHO	<i>Média</i>	13,87	13,72	14,07	12,99
	<i>Desvio padrão</i>	1,97	1,8	1,99	2,33
	<i>Mínimo</i>	7,66	8,79	7,66	8,44
	<i>Máximo</i>	19,66	17,56	19,66	15,37
ALAV	<i>Média</i>	77%	86%	71%	81%
	<i>Desvio padrão</i>	78%	85%	69%	100%
	<i>Mínimo</i>	9%	9%	9%	9%
	<i>Máximo</i>	445%	445%	445%	445%
RENT	<i>Média</i>	3%	3%	3%	4%
	<i>Desvio padrão</i>	14%	14%	14%	12%
	<i>Mínimo</i>	-46%	-46%	-46%	-27%
	<i>Máximo</i>	34%	34%	34%	24%
AUDIT	<i>Frequência</i>	190	55	120	15
ESTG	<i>Frequência</i>	23	6	16	1
GOV	<i>Frequência</i>	77	17	60	0
IMOB	<i>Média</i>	27%	37%	25%	0%
	<i>Desvio padrão</i>	24%	23%	24%	0%
	<i>Mínimo</i>	0%	0%	0%	0%
	<i>Máximo</i>	99%	91%	99%	0%
Número de observações		283	100	162	21

Fonte: elaborada pelos autores.

Em relação à variável “SETOR”: a tabela 3 apresenta a quantidade de companhias segregadas pela escolha contábil (custo atribuído ou custo histórico) e seus respectivos setores na BM&FBovespa.

A análise da tabela 3 indica que seis setores concentram a maior parte das companhias da amostra: Bens Industriais, Construção e Transporte, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Materiais Básicos e Utilidade Pública. A maior parte companhias de “Bens Industriais” e de “Consumo Cíclico” fez a opção pelo custo atribuído. O oposto ocorreu para as que participam do setor de “Construção e Transporte”, dado que 40 das 48 mantiveram o custo histórico.

Tabela 3 – Quantidade de companhias segregadas pela escolha contábil e pelo setor

Setores	Custo atribuído	Custo histórico	Total
Bens Industriais	21	10	31
Construção e Transporte	8	40	48
Consumo Cíclico	21	30	51
Consumo Não Cíclico	12	18	30
Materiais Básicos	19	19	38
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	5	6
Tecnologia da Informação	0	6	6
Telecomunicações	0	13	13
Utilidade Pública	18	21	39
Total	100	162	262

Fonte: elaborada pelos autores.

Na tabela 4 são apresentados os resultados da regressão logística:

Tabela 4 – Regressão logística sobre a escolha pelo do custo atribuído

Variáveis	Sinal Esperado	Razão de chances	Erro padrão	Z	p > Z
TAMANHO	+	1,24	0,15	1,72	0,09
ALAV	+	1,17	0,27	0,68	0,50
SETOR	?				
Bens Industriais		3,24	1,80	2,11	0,04
Construção e Transporte		0,32	0,18	-2,06	0,04
Consumo Cíclico		0,82	0,39	-0,42	0,68
Consumo Não Cíclico		1,12	0,63	0,21	0,84
Petróleo, Gás e Biocombustíveis		0,20	0,24	-1,31	0,19
Utilidade Pública		0,92	0,47	-0,16	0,87
RENT	+	6,91	8,06	1,66	0,10
AUDIT	?	0,41	0,15	-2,48	0,01
ESTG	-	0,47	0,32	-1,12	0,26
GOV	-	0,46	0,18	-1,95	0,05
IMOB	+	8,54	5,66	3,24	0,00
Número de observações		262			
Wald chi2		53,97			
Prob > chi2		0,00			
R ² de McFadden		0,16			

Fonte: elaborada pelos autores.

Em que:

TAMANHO = logaritmo natural do ativo total em 31.12.2009

ALAV = 1 – (patrimônio líquido em 31.12.2009 / total de ativos em 31.12.2009)

SETOR = variáveis *dummy* que assumem para cada setor segundo a classificação BM&FBovespa

RENT = lucro líquido em 31.12.2009 / ativo total em 31.12.2008

AUDIT = variável *dummy* que assume 1 para firma de auditoria *Big-4* (Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PWC) e 0 para as demais.

ESTG = variável *dummy* que assume 1 para firma com negociação de ADR nível 2 ou 3 na Bolsa de Nova Iorque; 0 para as demais.

GOV = variável *dummy* que assume 1 para companhia listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa e 0 para as demais.

IMOB = ativo imobilizado em 31.12.2009/ativo total em 31.12.2009

É possível observar, na tabela 4, que o tamanho (TAM) e a rentabilidade (RENT) estão positivamente associados com a probabilidade de opção pelo custo atribuído somente ao nível de significância de 10%. Assim, existiriam indícios de que empresas maiores e mais rentáveis estariam mais propensas a adotarem o custo atribuído, potencialmente para mitigar custos políticos (a depreciação sobre um valor maior reduziria resultados futuros). Além disso, outra possível explicação seria o fato de tais empresas poderiam usufruir de economias de escala na aplicação de procedimentos contábeis.

A variável alavancagem (ALAV) não é estatisticamente significativa; portanto, os resultados não corroboram os de pesquisas anteriores (BROWN *et al*: 1992; EASTON *et al*: 1993; LOPES e WALKER: 2012), os quais indicavam que quanto mais alavancada, maior a propensão da empresa em reavaliar seus ativos e assim melhorar os seus indicadores de estrutura de capital.

Cotter (1999) constatou que o número de ocorrências de reavaliação diminuiu entre as empresas Australianas em relação a pesquisas anteriores no país, além de observar que mudanças no ambiente institucional podem explicar o a relação entre adoção da reavaliação e os efeitos sobre o grau de alavancagem da companhia.

De acordo com a amostra disponível, o setor pode ser interpretado como um direcionador da opção pelo do custo atribuído. Além dos resultados antecipados pela estatística descritiva em relação aos setores de tecnologia da informação e telecomunicações, o setor de bens industriais foi apontado como um dos mais propensos à adoção do custo atribuído, ao contrário do setor de construção e transporte.

A uniformidade de procedimentos contábeis entre as empresas de um mesmo setor não foi observada em todos os setores pesquisados, já que em alguns não é possível afirmar que exista uma tendência quanto à escolha pelo custo atribuído (as empresas de materiais básicos ficaram igualmente distribuídas, o que, em parte, pode ser explicado pela diversidade de empresas agrupadas neste setor, que contempla desde siderúrgicas a empresas florestais).

Em relação à firma de auditoria (AUDIT), os resultados indicam que os clientes das auditorias *Big 4* são menos propensos a adotar o custo atribuído (razão de chances inferior a 1). Considerando o envolvimento das grandes empresas de auditoria no processo de convergência contábil (ALEDO *et al*: 2009) e o relativo baixo uso do valor justo na avaliação dos ativos fixos na adoção dos IFRS em países como Reino Unido, Alemanha e Austrália (CHRISTENSEN e NIKOLAEV, 2008; CAIRNS *et al*, 2009), é possível que no Brasil as empresas também mantiveram a avaliação ao custo histórico por ser uma opção mais conservadora e menos suscetível a julgamentos, bem como condizente às escolhas feitas em outros países.

Não há indícios de que a negociação em bolsa estrangeira (ESTG) tenha relação com a adoção do custo atribuído, em parte pelo reduzido número de empresas que atendem a esta condição. Assim, não é possível afirmar que

empresas buscam reduzir as diferenças entre as práticas locais e internacionais, conforme argumenta Missonier-Piera (2007).

A participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA (GOV) é uma das características que contribuiu para prever a manutenção do custo histórico. Este resultado, assim como as evidências encontradas no estudo de Lopes e Walker (2012) de que o índice brasileiro de governança corporativa (BCGI – *Brazilian Corporate Governance Index*) é negativamente relacionado à decisão de reavaliar ativos, fornece indícios de que empresas que sinalizam a adoção de determinadas práticas de governança corporativa são mais propensas a avaliar os ativos pelo custo histórico.

A hipótese de Lin e Peasnell (2000), de que a representatividade de ativos fixos no balanço pode influenciar a decisão quanto à avaliação desses itens foi confirmada, fornecendo indícios de que quanto maior a proporção do ativo imobilizado sobre o ativo total, maior a propensão das empresas em recalcularem o valor destes itens e, assim, alcançar os possíveis efeitos desejados (redução da rentabilidade e da visibilidade da empresa, melhora dos indicadores da capacidade de endividamento, entre outros).

5 CONCLUSÕES

Um dos desafios das pesquisas sobre escolhas contábeis é evidenciar características das empresas que contribuam para explicar essas escolhas e que, por isso, devam ser consideradas no processo de estabelecimento de procedimentos e normas contábeis (WATTS; ZIMMERMAN, 1978). Nesta pesquisa, observou-se que algumas características das empresas pesquisadas (tamanho, rentabilidade, empresa de auditoria, nível de governança corporativa, setor de atuação e participação do imobilizado no ativo total) desempenham este papel e, assim, permitem explicar ou prever o tratamento adotado na avaliação inicial dos ativos imobilizados e das propriedades para investimento no ano da adoção obrigatória das normas contábeis internacionais no Brasil.

Os resultados corroboram a hipótese de que os custos políticos, gerados pela maior exposição das empresas de grande porte ou altamente rentáveis, podem influenciar as escolhas contábeis, além do potencial ganho de escala que as empresas maiores possuem na adoção de procedimentos contábeis. Assim, medidas adotadas por órgãos reguladores para incentivar a divulgação de informações ao mercado, por exemplo, devem levar em conta que essas características podem influenciar os resultados dessas iniciativas.

Além disso, as evidências encontradas quanto à auditoria pelas grandes empresas internacionais (*Big 4*) e à listagem no segmento especial Novo Mercado da BM&FBOVESPA corroboram o fato de tais companhias tendem a adotar procedimentos contábeis aderentes à prática internacional, de forma a uniformizar e otimizar os trabalhos da auditoria, bem como facilitar a análise e divulgação dos resultados contábeis a investidores, inclusive estrangeiros. Assim, os resultados indicam que a estrutura de monitoramento e de alinhamento de incentivos também tem papel relevante nas escolhas contábeis.

A análise dos resultados obtidos com a variável setor contribui para a discussão sobre a adoção de um modelo contábil único, uma vez que as

características do setor podem influenciar a aplicação de recomendações de órgãos reguladores, conforme observado na escolha pelo custo atribuído. Apesar de não investigado nessa pesquisa, as diferentes escolhas quanto ao custo atribuído entre os setores pode ser explicada por diferenças no nível de imobilização ou na frequência de atualização e rotatividade do parque industrial.

Adicionalmente, foi possível avaliar quais outras escolhas foram realizadas pelas companhias, sendo que algumas normas foram raramente adotadas retroativamente (instrumentos financeiros compostos ou combinação de negócios).

Os achados indicam que tanto a sinalização para usuários externos (custos políticos) quanto a estrutura interna de monitoramento possuem papel relevante na elaboração de suas políticas contábeis. Apesar da adoção das IFRS no Brasil, o país passou a proibir as reavaliações de ativos. Futuras pesquisas poderiam comparar o efeito sobre a qualidade da informação contábil quando as reavaliações eram permitidas com o efeito gerado pela opção do custo atribuído. Além disso, o grupo de companhias optantes pela aplicação do valor justo para o ativo imobilizado também poderia ser comparado ao das que mantiveram o custo histórico.

REFERÊNCIAS

ABOODY, D.; BARTH, M. E.; KASZNIK, R. Revaluations of fixed assets and future firm performance: evidence from the UK. **Journal of Accounting and Economics**, v. 26, p. 149-178, 1999.

ALEDO, J.; GARCÍA-MARTÍNEZ, F.; DIAZARAQUE, J. M. M.. **Firm-specific factors influencing the selection of accounting options provided by the IFRS: empirical evidence from Spanish Market** (Documentos de Trabajo, n.º 0926). Banco de España. 2009.

BARLEV, B.; FRIED, D.; HADDAD, J. R.; LIVNAT, J. Reevaluation of revaluations: a cross-country examination of the motives and effects on future performance. **Journal of Business, Finance and Accounting**, v. 34, n. 7/8, p. 1025-1050, 2007.

BM&FBOVESPA (2009). **Novo Mercado BM&FBOVESPA**. Recuperado em 11 novembro 2010, Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/ptbr/amfbovespa/download/Folder_NovoMercado.pdf>

BROWN, P.; IZAN, H. Y.; LOH, A. L.. Fixed asset revaluations and managerial incentives. **Abacus**, v. 28, n. 1, p. 36-57, 1992.

CAIRNS, David; MASSOUDI, Dianne; TAPLIN, Ross; TARCA, Ann. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**, v. 43, n. 1, p. 1-21, 2011.

CAZAVAN-JENY, A.; JEANJEAN, T. Accounting choices under IFRS 1: Analysis and determinants. **3rd Annual Workshop of the European Financial Reporting Research Group**. 2007.

CHRISTENSEN, H. B.; NIKOLAEV, V. **Who uses fair-value accounting for non-financial assets following IFRS adoption?** Disponível em: <<http://ssrn.com>>. Acesso em: 26 Set. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 37:** adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Brasília, dez. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/402_CPC_37_R1_rev%2007.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

_____. **ICPC 10:** interpretação sobre a aplicação inicial do ativo imobilizado e a propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Brasília, dez. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/102_ICPC_10.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

CORMIER, D.; DEMARIA, S.; LAPOITE-ANTUNES, P.; TELLER, R; First-Time Adoption of IFRS, Managerial Incentives, and Value-Relevance: Some French Evidence. **Journal of International Accounting Research**, v. 8, n. 2, p. 1–22, 2009.

COTTER, J. Asset revaluation and debt contracting. **Abacus**, v. 35, n. 3, p. 268-285. 1999.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economic consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, 2008.

DHALIWAL, D. S. The effect of the firm's business risk on the choice of accounting methods. **Journal of Business Finance e Accounting**, v. 15, n. 2, p. 289-302, 1988.

DHALIWAL, D. S. The effect of the firm's capital structure on the choice of accounting methods. **The Accounting Review**, v. 55, n. 1, p. 78-84, 1980.

EASTON, P. D.; EDDEY, P. H.; HARRIS, T. S. An investigation of revaluations of tangible long-lived assets. **Journal of Accounting Research**, v. 31, p. 1-38, 1993.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255–307, 2001.

HAIR, J. F.JR.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª ed. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KUO, H.-C. How do small firms make inventory accounting choices? **Journal of Business Finance e Accounting**, v. 20, p. 373-392, 1990.

LEMES, S.; SILVA, M. G. A experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 18, n. 3, p. 37-58, 2007.

LIMA, V. S.; LIMA, G. A. S. F.; LIMA, I. S.; CARVALHO, L. N. G. Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPC, Natal. **Anais**. RN, Brasil. 2010.

LIN, Y. N.; PEASNELL, K. V. Fixed asset revaluation and equity depletion in the UK. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 27, p. 359-394, 2000.

LOPES, A. B. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, A. B.; WALKER, M. Asset revaluations, future firm performance and firm-level corporate governance arrangements: new evidence from Brazil? **The British Accounting Review**, v. 44, n. 2, p. 53-67, 2012.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças**, vol. 23, no. 58, p. 52-64, 2012.

MISSIONIER-PIERA, F. **Motives for fixed-asset revaluation**: an empirical analysis with Swiss data. **The International Journal of Accounting**, v. 42, n. 2, p. 186-205, 2007.

PRICEWATERHOUSECOOPERS; INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES - IBRI. (2009). IFRS e CPCs – **A nova contabilidade brasileira**.

Impactos para o profissional de RI. Disponível em:

<<http://www.pwc.com/br/pt/ifrs-brasil/publicacoes-sobre-ifrs.jhtml>>. Acesso em: 9 novembro 2010.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (2010). **Guia 2010/2011 Demonstrações Financeiras e Sinopse Legislativa**. Disponível em: <<http://www.pwc.com/br/>>. Acesso em: 15 janeiro 2011.

ROBBINS, W. A.; TURPIN, R.; POLINSKI, P. Economic incentives and accounting choice strategy by nonprofit hospitals. **Financial Accountability e Management**, v. 9, p. 159-175. 1993.

SILVEIRA, A. M.; BARROS, L. A.; FAMÁ, R. Atributos corporativos, qualidade da governança corporativa e valor das companhias abertas no Brasil. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 4, n. 1, p. 1-30. 2006.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**, v. LIII, n. 1, p. 112-134, 1978.